

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO ENSINO E
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

EVOLUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ADRIANO SILVEIRA MACHADO

FORTALEZA – CEARÁ

2003

EVOLUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ADRIANO SILVEIRA MACHADO

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO ENSINO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DE GRAU DE ESPECIALISTA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

FORTALEZA – 2003

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se a disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Adriano Silveira Machado

MONOGRAFIA APROVADA EM ____/____/____

Professor Luiz Gonzaga Rebouças Ferreira, Ph.D.
Orientador

AGRADECIMENTOS

À minha família e a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para a conclusão deste curso. À minha esposa pelo estímulo, força e ainda pelas longas tardes de domingo dedicadas a este estudo. Em especial a todos que estiveram sempre do meu lado nesta longa jornada.

DEDICATÓRIA

De maneira especial à minha família, aos meus pais, pela força que me deram durante minha vida.

A Deus pelo dom da vida e pelo otimismo para continuar buscando vitórias.

“Ele gritou dentro de mim

Eu sou a força.

Ele veio para me salvar!

Era como um sonho!

Era eu?

Era um herói que vinha de

Outro mundo dentro de mim.

Era eu.

Eu sou a força.”

AUTOR DESCONHECIDO

RESUMO

O presente trabalho consistiu na realização de uma revisão de literatura, referendada na pesquisa histórica dos movimentos sociais relacionados com a educação. A preocupação inicial ao iniciar esta pesquisa está fundamentada na necessidade de se resgatar um pouco da história da educação implantada no Brasil entre os períodos colonial e republicano, de modo que se possa entender a atual situação educacional. A primeira parte da discussão, se concentrará na análise da perspectiva sócio-cultural e sociológica que propiciaram a formação da atual linha de pensamento do governo e as políticas educacionais. Na segunda parte, será feita uma explanação sobre a história da educação brasileira desde o período imperial até os meados da década de 1990. A terceira parte, vislumbrada no quarto tópico da obra, cita a necessidade urgente de se formar professores profissionais, de modo a preparar os alunos não só para o mercado de trabalho, mas também para o exercício real da cidadania. Deve ser lembrado que a educação atual, é resultado das muitas e sucessivas, relações que se estabeleceram entre os indivíduos de um grupo, e que por este motivo, o entendimento desta ação resultará na compreensão de todo o fenômeno de aquisição e aplicabilidade prática dos saberes que são perpetuados nas escolas na forma de conteúdos. Desse modo, espera-se contribuir criticamente com a formação de especialistas em planejamento capazes de provocar mudanças significativas, reavaliando os significados das ações atuais do homem em nossa sociedade.

SUMÁRIO

RESUMO	07
1.INTRODUÇÃO	09
2.PERSPECTIVA SÓCIO-CULTURAL.....	11
2.1. A concepção sociológica.....	14
3. COMPREENDENDO A ATUAL EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	17
3.1. História da educação brasileira – A escola no Brasil.....	17
3.1.1. Período Imperial.....	18
3.1.2. Período Republicano.....	19
3.1.3. Período Republicano 1920 a 1950	21
3.1.4. Pós-guerra 1950 a 1980	21
3.1.5. A educação atual.....	25
3.1.6. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	26
4. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PROFISSIONAIS.....	29
5. REFLEXOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	33
6. CONCLUSÃO.....	36
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

O meio, mundo externo, é concebível sem o homem, contudo, o homem não é concebível sem o meio. Utilizando a idéia de RODRIGUES(1989), psicólogo social, é que se pretende identificar alguns fatores sociais e psicológicos que têm interferido de forma decisiva no processo de interação social entre indivíduos e grupos.

As várias relações estabelecidas pelo homem, no mundo, levam-no a tentar compreender tudo aquilo que está à sua volta, motivo pelo qual não se pode definir o homem sem definir o meio.

Inolvidável é o fato de que para que haja interação é necessário antes que se estabeleça um elo de comunicação, reduzindo-se a distância entre o “eu” de cada indivíduo. Através dessa comunicação é que se observa a evidência, o alto grau de evolução do homem dentre todos os seres vivos, crendo que ele constrói o mundo e se reconstrói a si mesmo, no instante em que ocorrem as relações com os outros participantes do grupo social, do qual faz parte.

Fundamentado na História da Educação Brasileira e nas idéias de FRIGOTTO(1999) e SCHENEIDER(1998) que refletem sobre a ética dentro da educação, para a educação, assim como nas idéias de DEMO(1996) sobre a educação de qualidade, é que se fará a revisão de literatura.

Contudo, é fácil notar que, para que efetivamente as relações aconteçam, é preciso orientar o homem, capacitando-o, tornando-o apto para agir por si, para si e para os outros, numa contínua troca de informações e conhecimentos. Eis então o papel da educação.

De acordo com AMORA(1999), autor de dicionários de língua portuguesa, a educação, enquanto conjunto de normas pedagógicas tendentes ao desenvolvimento humano, deve dar-lhe o respaldo social, político, afetivo, econômico e financeiro, para que possa atingir seus objetivos.

Uma educação compromissada com o “humanizar do homem”, com o resgate de sua auto-imagem, enquanto ser que pensa, sente e tem necessidades, de caráter crítico-objetivo, capaz de fornecer os parâmetros norteadores de uma reflexão sobre sua própria existencialidade.

O presente trabalho objetiva fazer uma análise generalista, mas crítica, de todo o processo de implantação e implementação dos meios facilitadores do processo de ensino-aprendizagem, aplicados no Brasil, desde à época colonial até os dias atuais.

2. PERSPECTIVA SÓCIO-CULTURAL

A revolução industrial é marco referencial para se validar uma série de sucessivas e importantes mudanças na forma de organização política da sociedade humana. Os estados e monarquias, até então acostumados a uma forma de produção de riquezas, baseada no produto cultivado nos campos, passam a encontrar na revolução industrial, e após ela, multimeios para aumentar seu lucro de maneira mais organizada e eficiente.

Passa a ser prioridade conquistar novos consumidores no mercado crescente, uma vez sendo produzidas novas mercadorias, fazia-se mister sua comercialização. Por conseguinte, o aumento desse consumo, expandia aos poucos o alcance do mercado. Sabe-se porém, que essa expansão não estava, nem está, atrelada à conquista desses “bens de consumo” por todos. Apenas aqueles que podiam pagar, uma minoria, é que se beneficiavam.

As grandes massas, que migravam dos campos para as cidades, novos centros fabris, provocaram uma escassez no campo e uma aglomeração crescente nas cidades. Estas, sem infra-estrutura para atender, nem mesmo a população local, passam a sofrer com o aumento da população, suas primeiras crises de saneamento, eclosão de epidemias, etc., chagas sociais visíveis ainda hoje em nossas cidades.

Num espaço de pouco mais de cem anos, os grupos econômicos começam a surgir e crescer, e com eles as prioridades mercantis, bastante diferentes dos anseios do povo. Neste sentido, as prioridades mercantis se colocam acima das necessidades sociais. As políticas públicas que ainda não atendiam esses anseios, passam quase que instantaneamente a atender aos interesses de uma minoria, que não representava democraticamente a vontade do grupo social.

Tem-se aqui, a premência das prioridades das empresas acima das necessidades sociais. Inúmeras questões relacionadas ao trabalho nas indústrias são levantadas pela população, que sofre explorada. Uma grande massa de operários, chegava a trabalhar por mais de quatorze horas seguidas, muitas vezes, até sem horário de refeição e descanso semanal.

Surgem os sindicatos, com a função de organizar, através de estatutos, o funcionamento das relações de trabalho. Até a intervenção sindical, não haviam direitos e deveres formalizados e legalizados. Tal atividade passaria, mais tarde, a ser função do Estado.

O crescimento contínuo das empresas provoca a evolução do mercado, que passa a responder com mais agilidade, aos anseios populacionais (dos que podem pagar). É esse mesmo mercado que mais tarde passará a impor suas metas à sociedade. A figura do Estado, passa a atender, não o necessário ao povo, e sim, aos interesses dos mercados emergentes. Aos poucos o Estado vai se eximindo de algumas de suas funções sociais.

Claramente se vê o surgimento de uma sociedade de consumo. Criava-se um produto, se investia em sua venda, direcionava-se tal produto a um grupo específico. Salientava-se sua necessidade. Havia uma persuasão. Como resultado, produzia-se uma sociedade de consumo, baseada no capital. Ressalte-se que tal processo ocorria em micro escala, não alcançando com veemência o processo como um todo.

Corroborando o entendimento anterior, a educação é subjugada aos interesses do Estado, dependente direto dos grupos econômicos. Modificam-se os objetivos da educação, que passam a utilizar um modelo de reprodução mecânica, incapaz de incentivar o surgimento de questionamentos sobre a dinâmica desse sistema.

Conforme ocorria o desenvolvimento econômico das cidades, e acontecia a procura de novos mercados visando a expansão mercadológica, estradas e novos meios de transporte iam surgindo, permitindo a troca, não só de produtos, como também de pensamentos, informações e conhecimentos. Os primeiros passos de uma interação global, iniciados na Roma Antiga, são continuados.

Novas conquistas como a aviação, a comunicação por telégrafo, telefone e, recentemente, a utilização de satélites e a internet, vieram não somente reduzir a distância e o espaço entre os povos, mas também o tempo entre os acontecimentos.

O advento do desenvolvimento tecnológico veio facilitar, de forma nunca antes vista, a vida do homem. Porém, quanto mais o homem se utilizava dessa tecnologia, mais esse se individualizava, afastando-se de seu meio, afastando-se de si mesmo.

No século da comunicação, a maioria dos conflitos sociais que ocorrem é resultado de falhas na comunicação, interesse, conflito de valores, moral e preceitos religiosos. Dialeticamente, neste mesmo século, o entendimento entre os povos, é o que menos ocorre. Choques de valores morais, religiosos, informações, políticas e economias se tornam paradigmas sociais.

A redução das necessidades essenciais humanas não é mais objeto de preocupação grupal. A sociedade inverte seus valores julgando aqueles que não a

acompanham de incapazes, e que por isso, são deixados à margem do processo de globalização.

A instabilidade e a incerteza são novos processos rotineiros no mercado de trabalho, que a todo o instante exige profissionais cada vez mais generalistas, profundos conhecedores das interações sociais vigentes. O próprio processo de comunicação é modificado, se fazendo necessário o domínio da língua mundial. Tal processo é reforçado pela constante e crescente entrada de uma outra língua no mercado de trabalho.

Visando um melhor aproveitamento das relações mercantis, os Estados, enquanto mercados de investimento, formaram blocos econômicos entre si (por exemplo NAFTA, ALCA, MERCOSUL etc), limitando a participação de outros países em seu meio.

As empresas multinacionais passam a controlar as decisões políticas, e por conseqüência, as sociais, promovendo uma competição exacerbada entre seus integrantes. O resultado de todo esse processo é o achatamento social, uma horizontalização das classes sociais, seu encurtamento e a exposição de mais de 1/3 da população às condições de pobreza.

A fome, a miséria, a mortalidade infantil, o desemprego, os conflitos étnicos, religiosos e políticos passam a fazer parte do panorama social daqueles países que não se prepararam para essa eclosão. Questionamentos sobre o regime político-econômico começam a surgir, fazendo-se necessário à tomada de uma nova postura social frente a essas mudanças. O regime capitalista se fechava cada vez mais em si, afunilando as oportunidades para os indivíduos.

Uma minoria da sociedade conquista privilégios, enquanto que a real maioria passa fome.

A problemática da distribuição igualitária de renda tenta romper com o neoliberalismo desenfreado. Novas competências são exigidas por essas sociedades. De um lado, a humanização se faz necessária; do outro, a capacitação e melhoria das oportunidades tenta se fazer presente.

De posse de um conjunto infinito de informações, o homem e seu meio social passaram a formar a sociedade do conhecimento. Detentores de um pluralismo de ações, idéias e interesses, a visão do mundo foi consideravelmente modificada. Os fatos ocorridos num extremo do globo eram assistidos pelos habitantes da outra extremidade .

Mesmo com todo acesso a esse fenômeno internacional, apenas aqueles que podiam pagar, podiam dispor dessas informações.

Às escâncaras, percebe-se a subordinação da educação ao grupo social, de tal forma que, para compreender a escola, ter-se-ia que compreender antes, a sociedade dialética. Pasmem! Compreender o simples, através do complexo. Em verdade, a forma sistematizada de ensino, fornecida pela escola, atua como interesse daqueles que regem o grupo social.

Em nossa sociedade brasileira, também se tem a noção de que a educação sempre fora tratada como instrumento de dominação. À época da colonização, os preceitos educacionais jesuítas, fortemente fundamentados nos princípios da dominação, tinham duas funções básicas: catequizar para conquistar os ameríndios, tornando-os submissos para o trabalho, e a tarefa de educar os filhos dos colonos, militares e comerciantes da burguesia local. Esta segunda função, privilegiadora da, então, elite brasileira, centrava-se apenas nas ciências humanas ensinadas nos seminários. Entre o período de expulsão dos jesuítas, até a instituição das aulas régias por Pombal, não se nota nenhuma melhoria no sistema educacional vigente à época. (PRESTES,1997).

O temor da emancipação levou Portugal a não incentivar a educação no final do século XVII. Após a Proclamação da República, o pensamento de manutenção de um regime público descentralizador, começa a se manifestar. Com o desenvolvimento de alguns setores da economia brasileira, procurou-se manter a escola servindo às necessidades da indústria, chegando a configurar, no meio social, a escola real e a escola legal. As elites preparavam para si, o ingresso no ensino superior, reservando para a população, o ensino profissional, para exercer funções subalternas.

SAVIANI(1999), acredita que o Brasil ainda é capaz de democratizar o ensino, construindo uma educação pública nacional e democrática. A Lei 9394/96, teoricamente, oferece muitas perspectivas, faltando apenas compromisso de fazer os direitos sociais se validarem. Não obstante, também é preciso fazer considerações sobre a ampliação das funções da escola num mercado globalizado.

2.1 A Concepção Sociológica

A tendência mundial é exigir cada vez mais qualificação profissional daquele que adentra no mercado de trabalho. O que se nota de fato, é a busca incessante pelas pessoas, de elementos que levem à qualificação educacional e profissional de forma rápida e eficaz. Tal atitude se reflete na corrida desenfreada aos diversos cursos universitários oferecidos em todo o país, alguns dos quais nunca tão procurados quanto agora.

A alta taxa de desemprego, a má formação educacional de base, aliadas a uma tendência mundial para uma melhor qualificação pessoal e profissional, foram alguns dos fatores que levaram o Estado, a repensar e reformular o falido e

ultrapassado modelo educacional vigente até então, a fim de adequar o sistema aos reclamos mundiais.

Em virtude disso, no Brasil tem-se presenciado uma situação caótica na esfera educacional. Todas as ações teóricas na área de educação induzem um aumento na jornada escolar (do ensino fundamental ao médio) para tempo integral. Tal orientação é destaque na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Nesse sentido, já existe uma série de ações governamentais espalhadas por todo o país, objetivando adaptar aos currículos e estruturas escolares, para melhor atender a essa exigência (p. ex.: os CIEPS no Rio de Janeiro e os CIES aqui no Ceará).

Esbarra-se porém, inicialmente, no despreparo dos professores (educadores), que não se sentem preparados para assumir as tarefas que lhes são exigidas nesse novo projeto. Ademais, as condições de trabalho, apesar do aumento da carga horária, continuam inalteradas, haja vista, que o modelo caminha ainda, vagarosamente, não tendo essas mudanças sido completamente implantadas.

Portanto, investir na eficácia da qualificação de professores, que teriam assim, subsídios para melhor atender às novas responsabilidades que lhes foram impostas, bem como estruturar de forma coerente os currículos de tendências monolíticas, metodologias obtusas que não conduzem o aluno a uma praxis consciente e precisa, torna-se imprescindível. Deve-se evitar o trabalho com aspectos de conhecimento sem aprimorar as habilidades sociais do grupo.

Ao invés de reconstruí-los, o melhor é adaptá-los de forma a integrar e possibilitar uma jornada escolar que ajudaria sobremaneira a aumentar o nível de qualificação não só dos estudantes, futuros profissionais, como também de seus mestres.

De há muito se percebe a necessidade de uma maior participação da escola na vida dos alunos. Há que estar aberta a uma maior participação, em suas esferas, das famílias e comunidades. Sua situação agora não se resume somente à instrução escolar, mas a uma ação multidisciplinar que possa integrar escola-aluno-família-comunidade. Deve-se elaborar um grande projeto que vise beneficiar o aluno em aspectos de vida relacionados não só ao seu bem-estar intelectual, como também ao seu bem-estar físico e sócio-cultural. Tais ações contribuem para a expansão de um melhor convívio sócio-cultural. Além de estimular atividades sociais, de lazer, de esporte e artes, essa nova abordagem ajuda, indubitavelmente, na formação da consciência cívica, tornando mais claros os conceitos de cidadania.

Fica evidente a importância da ampliação das atividades da escola, com uma ressalva: deve ser estimulada a interação escola-aluno-família-comunidade, a fim

de que este não seja trabalho de via única, mas sim um projeto apoiado por todos os lados, em todas as esferas, como dito anteriormente.

A fim de redefinir a função da escola no mundo contemporâneo, é preciso aprofundar os conhecimentos acerca dos conceitos culturais e políticos que fizeram a história como ela é. Até então, a escola tinha um papel de mero repassador de conhecimentos. Hoje porém, a figura da escola se amplia trazendo uma concepção de interações entre os institutos de ensino, em prol da melhoria de sua qualidade.

Conceitos tradicionais têm sido postos em pauta e confrontados com aspectos da educação moderna, como parte de um estudo que visa, fundamentalmente, a reformulação da escola. Esta continuará com sua ação educadora, modificando talvez e apenas, sua forma de tornar eficaz essa função. Ou seja, aperfeiçoando essa metodologia, de forma a ver cada aluno per si, e como um ser inserido num contexto maior, como membro transformador da sociedade.

A escola no âmbito de espaço público deve permitir (e deveria fornecer meios para) a ocorrência de experimentos histórico-político-culturais, que possibilitem ao aluno fazer uma conexão entre o real, vivenciado num dado instante isolado, e o ideal, que deveria ser posto em prática todo o instante. São essas interações e experimentações que permitem ao aluno adquirir características culturais e psicossociais que os introduza no contexto social, tornando-os sujeitos vivos da ação continuada do processo de ensino-aprendizagem, o serviço à sociedade.

Algumas medidas podem ser tomadas visando o melhoramento do processo de interação numa perspectiva social, estimulando a aquisição de novos conhecimentos, possibilitando uma mobilidade de estudantes e professores no ambiente acadêmico, o aumento da oferta das bolsas de estudo, a eliminação de obstáculos de cunho administrativo e jurídico, que muitas vezes inviabilizam a entrada, a pesquisa e a realização de trabalhos na Universidade.

A reaproximação entre escola e empresa permitindo maior abertura para os estágios visando um melhoramento da praxis enquanto exercício de cidadania; a implementação de novas políticas que priorizem o investimento de capital privado nas universidades públicas, tornando a educação uma prioridade não só do governo, mas da sociedade; o desenvolvimento de novos e aprimorados métodos de produção; a própria revalorização da cultura enquanto objeto de conhecimentos, também são algumas medidas cabíveis na educação.

3. COMPREENDENDO A ATUAL EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Difícilmente, se compreenderia o momento sócio-histórico no qual o Brasil está atualmente inserido, sem fazer uma releitura de como foi processada a educação nos últimos 400 (quatrocentos) anos.

Apesar da intensa atividade no mundo moderno, dos assuntos relativos a educação, bem como da revolução educacional implantada pelos últimos governantes brasileiros, nota-se que os ganhos relevantes à educação, de fato não acontecem ou ainda são resolvidos de modo que não se pode aproveitar o lado positivo das mudanças.

Talvez uma explanação panorâmica de como e porque a educação foi inserida no Brasil desde o período colonial até os últimos 5 anos, possa dirimir as dúvidas e constatar a certeza de que a prioridade em nosso país, não era formar pessoas, e sim dominá-las.

3.1. História da Educação – A Escola no Brasil

A criação de escolas no período colonial brasileiro é explicada, inicialmente, pela melhoria das condições econômicas da colônia e, posteriormente, pelo controle, e manutenção da hegemonia católica sobre o Novo Mundo, no afã de combater os hereges e os reformistas. A escola, neste período, atua como mecanismo de controle da Igreja, trabalhando o tradicionalismo da cultura clássico-medieval, em oposição ao relativismo e sensualismo que se infiltrava na literatura e ciência da época.

Os índios eram considerados como decaídos de Deus, apesar de terem alma; já os negros, eram subjugados por sua origem, possivelmente inferior. O domínio pela fé, dos instintos selvagens dos nativos, era tarefa árdua para os jesuítas. A função básica destes, era viabilizar e tornar menos penoso o povoamento da colônia. Em suma, o ensino não era encarado como prioridade, e para alguns ricos, era luxo dispensável.

Poucas e notáveis mudanças foram percebidas, até a invasão holandesa, e a chegada do Marquês de Pombal.

A reforma de Pombal colocou à prova a educação colonial, ao passo que os jesuítas iam sendo expulsos do império lusitano, e o ensino era reformulado, desembocando na criação de um ensino mais moderno, popular e público. No Brasil, a sociedade era forçada ao essencial trabalho e, desincentivada do não necessário estudo.

A educação era o destino daqueles que não dominavam diretamente as fontes de poder. Agia como um substitutivo. Se não se tinha poder, se tinha formação intelectual. E mesmo assim, nem todos estavam sujeitos a essa escolha.

A cultura aqui, desempenhava papel fútil, ao ponto até de ser desinteressante. Ao mesmo tempo em que a cultura perdia espaço na frágil modernidade da metrópole, silenciosamente, as culturas locais, negra e nativa, expressavam sua realidade no folclore, chamado hoje de cultura popular. Estas últimas, traziam traços de sabedoria, lendas, religiões e festas, que posteriormente, foram tomando espaço nos costumes da sociedade.

A sociedade tinha mais com que se preocupar e se ocupar. Dessa forma, pode-se afirmar que no primeiro século da colonização, a educação não visava a união das culturas diferentes, nem o seu entendimento, mas sim, sua total castração. A "deficiência cultural" foi suprida, tão somente, para se instalar a sede administrativa portuguesa, com a transferência da família real para a colônia. Merecem destaque a criação das Academias Reais da Marinha e Militar, Jardim Botânico e Museu Nacional, como obras de incentivo à educação. Com certeza estas tenham sido as mais relevantes novidades educacionais do século em questão, relativos à educação.

3.1.1 Período Imperial

A sociedade brasileira no período imperial, deparava-se apenas com algumas escolas de nível superior, criadas na fase administrativa de D. João VI, sem currículo regular, com pouquíssimas escolas e aulas régias. Tal situação era vista como emergencial, a ponto de serem criados projetos de educação para a mocidade e as Universidades.

Entre os anos de 1823 e 1837, o que se pôde observar é que o projeto de educação transformara-se em tímida realidade. Porém, era gritante o desajuste entre o discurso e a prática educacional da época, e mais surpreendente ainda, a omissão do poder central em relação à educação popular, (PRESTES,1997).

A qualidade do processo de educação era limitada e direcionava-se aos indivíduos que constituíam o poder dominante, e funcionava como ornamento para aqueles que a possuísem. O diploma deveria ser adquirido, pois conferia status. O reflexo de tal pensamento, é visto na preocupação maior com a sofisticação do ensino, do que na ampliação deste.

A iniciação no mundo intelectual era feita com a ajuda de tutores particulares, sendo complementada posteriormente, por um Liceu, e finalizada com a ida do aluno para as Universidades européias, ou ainda, o ingresso nas Faculdades de Direito e/ou Medicina. Isso só ocorreria é claro, se a família pudesse arcar com as despesas no decorrer da vida estudantil do indivíduo. Vale lembrar que as escolas

militares (Naval e Real Academia), também eram destinadas a essa clientela específica.

Aqueles que não tinham condições de pagar tais instituições, complementavam seus estudos em escolas públicas, secundaristas, sobrando-lhes apenas a carreira militar, o ensino técnico, a escola politécnica e a vida religiosa.

Convém ressaltar que as escolas militares eram, e ainda são, controladas pelo governo, que não tinha interesse algum em fornecer uma educação qualitativa para os filhos dos mais pobres, pois esta vinha se opondo à formação jurídica e eclética da elite dominante. Estas empregavam uma educação técnica e positivista, tornando seus frequentadores, intelectuais e políticos atuantes contra o regime de governo.

Ainda no Império, pode-se afirmar que a educação era do tipo aristocrática, destinada a uma elite. Trazia consigo fortes traços de uma economia patriarcal, tradicionalista, essencialmente européia, e destinava-se a formar uma cultura conservadora, antidemocrática, que instigava a crença de que as atividades intelectuais deveriam predominar sobre as atividades manuais e mecânicas.

A restrição do voto ao pobre e ao analfabeto resultou numa reforma que privilegiou apenas os poderosos. A prática do estudo se transformara num cruel instrumento perpetuador das diferenças entre o trabalho intelectual e o manual.

A partir daí, o Estado era responsabilizado pelo recém descoberto 'atraso' do país, por descaso e pela prática inadequada de metodologias de ensino. Eram esquecidos então, os sujeitos dessas ações ordinárias, que ao longo do Império, contribuíram para o alargamento das diferenças econômico-político-sociais entre o dominante e o dominado.

3.1.2. Período Republicano

A Proclamação da República, em 1889, não trouxe grandes mudanças no âmbito educacional. A primeira consideração levantada, foi provocada pela outorga da constituição Republicana, em 1891, que permitia que os menos favorecidos votassem. Contudo, ainda privava os analfabetos da prática do exercício da cidadania.

Ao Estado, era reservado o direito de criar escolas, sem, contudo, administrá-las, competindo esta tarefa, aos governos estaduais. Em consequência dessas medidas, houve a estagnação do ensino da escola primária, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, uma vez que os recursos públicos, eram mais destinados aos Estados da região Sudeste.

A submissão do povo aos coronéis, senhores das terras e do poder, só veio a aumentar os índices de analfabetismo, já que a educação, não era encarada por estes, como necessidade.

Na República Velha, ocorre a reforma do ensino secundário, realizada por BENJAMIN CONSTANT, com a introdução de Ciências, Sociologia, Moral, Direito e Economia Política no currículo escolar, tentando evitar a deteriorização do ensino, (PRESTES,1997).

O ponto mais importante oriundo da separação da Igreja do Estado, era a laicização da educação. A liberdade de culto favoreceu a expansão dos colégios privados e a introdução de novas técnicas educacionais européias e norte-americanas.

A grande limitação, então, seria a formação do corpo docente, responsável pela aplicação dessas técnicas. Os professores se mostravam desqualificados para aplicar as novas metodologias.

O ensino primário também sofrera modificações, sendo dividido em dois grupos, de acordo com a faixa etária. Necessário tornou-se frequentar o curso normal para ingressar no Magistério.

A educação superior passaria, naquele momento, a ser controlada pelo Estado, e exprimia fortes traços positivistas, que favoreciam ao ensino de bacharéis e o domínio político dos proprietários rurais. Limitava-se a prática de atividades apenas, para aqueles que tinham diplomas para o exercício profissional.

O positivismo encarava a Universidade, como um instrumento tipicamente medieval nas formas, organização e finalidade. A partir daí, abriram-se cursos particulares e provinciais, buscando desoficializar o ensino, para expandir sua oferta para onde houvesse demanda, não esquecendo a qualidade e seu caráter seletivo, constituidores de seus valores sociais.

Ocorreria uma parcial modernização do ensino de elite, havendo uma equiparação das escolas estaduais com as federais. Todavia, tornava-se dispensável a investigação experimental e a racionalidade científica.

A preocupação que surgia então, era, mais uma vez, relacionada com a expansão do ensino, em detrimento à sua prática.

A desoficialização do ensino, trazia à tona, a mesma preocupação com a educação que era vista no final do Segundo Reinado. Não era mais necessário para se cursar uma universidade, a apresentação de um diploma de nível secundário. Isso tornou a situação desconfortável para o Estado, que questionava

a forma de ingresso nessas instituições particulares de ensino. Percebia-se o governo sem maior interesse na qualidade.

A facilidade de ingresso nessas universidades, demonstrava um aumento do número de alunos, de forma desordenada, no afã de atender a uma suposta demanda. Tais situações contribuíram para a promulgação de um Decreto, que novamente oficializava a educação num nível superior, dificultando a entrada de alunos nestas recém formadas Universidades, (PRESTES,1997).

Criou-se então, em 1915, o exame vestibular obrigatório, fator que contribuiu novamente, para a elitização da escola. Era necessário agora, que os vestibulandos apresentassem um diploma de nível secundário.

A situação veio a piorar, com a implantação do sistema de aprovação classificatória no vestibular, com número limitado de vagas. Eram cobradas no vestibular, disciplinas como a Educação Moral e Cívica. Dificultava-se assim, também, a disseminação de novas idéias liberais.

No final dos anos 20, a criação da polícia escolar acadêmica, contribuiu turbulentamente com a chamada Revolução de 30. Não se tinha, no final da República, uma visão de educação como instrumento estratégico de acesso ao poder, e sim, como um instrumento delineador das características culturais.

Surgiriam aqui, os primeiros princípios pedagógicos que buscariam a resolução dos problemas educacionais no Brasil. As respostas para as celeumas criadas pelo governo republicano, passariam a ser cada vez mais radicais para aquela época, em que o analfabeto era considerado um incapaz. Era necessária uma concepção humanista do fenômeno educacional no país.

Começava-se tardiamente o combate ao ‘verdadeiro’ mal da sociedade: o analfabetismo. Não se poderia requisitar uma melhoria das condições sociais, sem antes buscar a melhoria da própria base do entendimento, que seria a educação.

3.1.3. Período Republicano – 1920 a 1950

É importante destacar também, que o sistema econômico que se instalava no Brasil, influenciava fortemente as questões sociais. A cada dia que se passava, a cidade oferecia mais atrativos para o homem trabalhador. O agricultor sofrendo influência negativa do capitalismo se viu obrigado a deixar sua terra em busca de ‘algo mais’ nos centros urbanos, que agora se tornariam grandes cidades. Receberia um salário fixo mensal que não era capaz de suprir suas necessidades básicas.

Cada vez mais se fazia necessária a educação para um maior número de pessoas. Tem-se aqui, uma transformação de uma economia agro-exportadora, para uma economia urbano-industrial.

O fator imigração gerou também, algumas críticas severas contra as formas de regimento da educação. A maioria dos estrangeiros que chegavam, era de origem européia, e traziam consigo fortes ideais socialistas e anarquistas, que se opunham às condições quase servis de trabalho encontradas. Tamanha era sua influência à época, que inúmeros jornais trabalhistas denunciavam as precárias condições vivenciadas pela maioria dos trabalhadores. A educação serviria então, como uma forma de disseminar essa “nova ordem”, que não coadunava com as desigualdades sociais e a distribuição injusta de riqueza.

Para tanto, novos modelos de escolas foram criados: escolas operárias, difundidas pelos socialistas, que pregavam a obrigatoriedade do ensino público e gratuito para todos, e as escolas modernas, não sustentáveis pelo Estado, e pregavam princípios pedagógicos de origem anarquista. Dentre eles podemos citar a integralidade e a racionalidade. Ambas condenavam a participação da Igreja na educação, com seus métodos eruditos, conservadores e medievais. Em quase todos os Estados brasileiros, podia-se encontrar estes novos tipos de escolas, funcionando em condições precárias, com o auxílio de professores que lhe prestavam serviços gratuitos. A falência dessas escolas era normalmente ocasionada pela forte repressão político-social sofrida por seus idealizadores.

No início dos anos 20, após a Revolução Russa de 1917, onde as camadas populares tomaram o poder dos monarcas russos, o comunismo começa a ser difundido no Brasil. Da mesma forma que os socialistas, eles exigiam a atuação do Estado na educação, a multiplicação de escolas, a obrigatoriedade do ensino gratuito e público para todos. Atuaram de forma brilhante na geração de uma consciência racional nos trabalhadores, desmistificando até a condição de sacerdócio para os professores. Foram melhores sucedidos que os anarquistas. Já se tinha noção de dois grupos dentro da escola: o corpo docente, formado pelos professores; e o corpo discente, formado pelos alunos.

Mais uma vez, observava-se a problemática no processo de educação do país. De um lado, a falta de escolas. De outro, a evasão escolar, e para complicar, os índices de repetência eram maiores ainda. A partir daqui, surgiram teorias que tentaram explicar a existência de tais fatores, sem contudo, tentar antes entendê-los. A primeira explicação se referia às aptidões individuais de cada um, bem como, de suas incapacidades, que legitimavam igualdade de oportunidades para todos, sem o principal, que seria o incentivo. A repetência seria oriunda dessa incompetência.

Pregava-se ali, uma distinção legal entre indivíduos do mesmo meio, incentivos aos mais dotados e uma limitação aos menos dotados. Possivelmente, essa abordagem era um dos motivos da evasão. O mais absurdo, é que consideravam a cultura, marco situacional de ilibada importância, como sendo a responsável por tamanha problemática. Pregava-se a existência de culturas inferiores e superiores.

3.1.4. Pós-Guerra : 1950 A 1980

A pós a Primeira Guerra Mundial, com o declínio da Inglaterra, ocorreu a ascensão estadunidense. Passou-se a ter contato com a Escola Nova. Esta entendia a instrução do povo, como “instrumento indispensável ao desenvolvimento do país”, (PRESTES,1997, p. 57).

A presença de filósofos liberais, o crescimento de vertentes religiosas contrárias às novas idéias e a participação dos integralistas influenciaram de tal forma os conceitos pedagógicos brasileiros que, em 1961, foi criado um novo projeto – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - , voltada para os interesses do conjunto da população.

Porém, movimentos contrários a este projeto foram se formando, partindo de uma educação não escolar, por organizações como a UNE, CNBB, e prefeituras de capitais nordestinas e, posteriormente, castradas por um segundo golpe militar, de 31 de março de 1964.

Uma crescente e sensível preocupação com a educação, já era observada nas Constituições, desconsiderando, é claro, a de 1937, que foi outorgada.

A União era a responsável pelas diretrizes da educação nacional. Estados e Municípios deveriam aplicar percentuais mínimos de impostos arrecadados em educação.

A figura “policia” mais uma vez entra na realidade do dia-a-dia escolar, na pessoa do Orientador Educacional, que visava a manutenção da ordem e disciplina.

Após o conturbado governo de Getúlio Vargas, em seu segundo mandato, que culminou com seu suicídio em 1954, novas metas político-econômicas foram postas em prática por Juscelino Kubitschek. Estas metas futurísticas, além de derrubar o nacionalismo, foram responsáveis pelo endividamento externo do país, e o alastramento das condições e conflitos sociais, objetivando a internacionalização da economia.

Neste segmento educacional, vale ressaltar a ação do educador PAULO FREIRE(1998), com uma nova concepção de educação, como prática da liberdade.

Às escâncaras, a escola serviria como meio controlador de massas. A descentralização do ensino e a expansão dos cursos noturnos profissionalizantes serviriam para questionar o nível de educação que estava sendo oferecido ao cidadão.

A unificação do ensino em todo o país, seria a próxima meta a ser atingida. Existiriam disciplinas padronizadas, e muitas delas seriam pré-requisitos para a entrada nas universidades.

Entre as décadas de 60 e 70, se observou o crescente número de pessoas analfabetas. Porém, não eram tomadas medidas enérgicas que efetivassem a superação desse problema. Criaram-se campanhas que não tiveram continuidade de trabalho, pois, na maioria, atuaram de forma fragmentada.

O tecnicismo e a educação compensatória entrariam agora, como fatores modificadores do atraso cultural do qual o país sofria. As críticas crescentes ao analfabetismo vinham forçando o governo a tomar atitudes mais precisas. A privatização do ensino tomou dimensões bem maiores, sendo superada apenas, pela situação atual.

O ensino elementar era gratuito e obrigatório. A prioridade educacional agora era exigir no quadro de funcionários tecnoburocratas do governo, um nível superior de educação, para também, controlar a entrada de pessoal formado, capacitado, nos órgãos públicos. Passou-se a incentivar o treinamento profissional e os cursos de pós-graduação.

A preocupação com a modernização do país era tão grande, que apesar das imensas disparidades culturais, foram trazidas para nosso país, maquinários, laboratórios que representavam a alta tecnologia da época, importada dos países industrializados.

Os professores, nessa situação, deixaram de ser generalistas e começavam a atuar como específicos, tornando ainda mais dificultoso o processo de melhoramento da educação. Cada vez se cobrava o envolvimento do professor em pesquisa, o que tornou seu contato com o aluno, o mínimo possível, por questão de trabalho e tempo. O preparo do pessoal assim como a compra desse maquinário era altamente oneroso para quem o fizesse. Para tanto, as instituições foram criadas para trabalhar a questão burocrática do problema. O ensino, dessa forma, deixava de ser teórico para ser prático.

Aqueles que não tiveram condições de adquirir conhecimento na época certa, eram incentivados a cursarem o MOBREAL, movimento de alfabetização para maiores de idade, que na realidade, visava apenas o controle das massas populares.

Um dos reflexos do forte regime ditatorial brasileiro foi à imposição da ordem e disciplina na educação. O aluno era sujeito passivo que sofria a ação, ao invés de realizá-la. Na ilegalidade, surgiram movimentos contrários à ditadura, que rechaçavam a influência imperialista, a política capitalista vigentes na época.

Reformulações nos princípios educativos expressam a relação entre cultura e a produção. Desta forma, o ensino passava a ser único, politécnico, teórico-prático, democrático, moderno e atualizado.

No final da década de 70, o capitalismo financeiro contribuiu para o novo aumento das desigualdades sociais, forçando a concentração de renda em torno da 'velha' elite, que agora buscava novos caminhos de investimento.

Nos anos 80, observa-se a total ausência de projetos educacionais. Isso é justificado talvez, pela lenta, gradual e controlada transição do regime militar para o regime democrático, iniciada na segunda metade da década de 70.

3.1.5. A Educação Atual

Quatro anos após a posse de Tancredo Neves em 1984, criaram-se projetos de reformas constitucionais. Os gastos com a educação foram definidos em 13% do arrecadamento da União, e 25% do arrecadamento dos Estados e Municípios.

Com a promulgação da Constituição de 1988, o Estado toma para si, conjuntamente com a família, o dever de prestar educação, tendo modificado sensivelmente princípios a ela inerentes, a saber (PRESTES,1997) :

- Não restrição à educação escolar pública, de idade mínima e máxima;
- Condições especiais de escolarização para os superdotados;
- Apoio aos alunos carentes de nível primário e secundário;
- Garantia de universalização do direito à educação escolar básica, dentre outras de igual importância.

Segundo as diretrizes da Carta Magna:

“a educação, direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF/1988, art. 205).

Estes princípios revelam um idealismo utópico, disseminado por todo o texto constitucional. A história da educação no país sempre esteve norteadada por um caráter mercenário e segregador, adotado por governos elitistas, que buscavam fazer da educação, não uma forma de disseminação de igualdade entre as pessoas, mas sim, um instrumento de segregação econômico-cultural. Esse fato é ainda hoje sentido, em face da natureza especulativa inerente ao ensino em nosso país.

No final do milênio, onde se trabalha a decodificação dos genes humanos, a questão da conservação das reservas naturais, se interage com o mundo através do computador, e se fala em aldeia global, o analfabetismo se impõe como opositor a todos esses fatos, e a toda essa gama de idéias e conhecimentos inerentes ao desenvolvimento do mundo atual. Age como algoz da magnificência humana, delimitando deveres, encobrendo direitos, tornando-se a própria realidade, fruto de uma educação à moda brasileira.

Não obstante, o Brasil tem realizado uma busca constante, para alcançar meios que iniciem uma nova era na educação. A intenção é de realizar mudanças profundas. Neste sentido, a aprendizagem e a atualização hão de ser a busca intensa para toda a vida do cidadão, caso contrário com a transformação incessante do mundo moderno, em pouco tempo estaria ele inapto para participar do progresso da humanidade.

A sala de aula, lugar quase intocável para manter respeito à figura do algoz professor, e ao momento quase solene da aula, deverá passar a ser um lugar contextualizado dentro de uma ressignificação de significados.

Inobstante isso, observava-se um paralelismo das vias educacionais: uma para a “elite”, e outra para o povo. Passaram a ser criadas escolas profissionalizantes. Citam-se o SENAI (1942), e o SENAC (1946)¹; as Escolas Industriais na década de 30, as Escolas Regionais e os Institutos de Educação.

3.1.6. A Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional

Historicamente, a primeira LDB, conhecida como Lei 4024/61, teve como princípio fundamental a necessidade de se adaptar a educação oferecida aos alunos ao conteúdo visto na prática diária. Boa parte da educação, ainda tecnicista se concentrava nas escolas profissionais.

A posteriori, a Lei 5692/71 veio institucionalizar a reforma no ensino de 1º e 2º graus, devendo as escolas apresentarem, de modo geral, o ensino profissionalizante. Neste período, a quantidade de cursos que surgiram sem qualidade para a preparação de mão-de-obra foi grande.

A obrigatoriedade do ensino profissionalizante só foi revogada através da Lei 7044/82 onde as escolas tiveram que reformular de modo geral seus currículos e conteúdos.

Em março de 1996 foi aprovada a Lei 9.394 intitulada LDB, que regulamentou a educação nacional em seus níveis e funções no Brasil. Foram mais de 15 anos que se passaram até que esta Lei fosse totalmente reformulada e

¹ Revista Eletrônica SENAI BRASIL: www.dn.senai.br/hrm/index-publicacoesonline.thm

aceita pelos legisladores, de modo que ela pudesse contemplar todos de modo igualitário.

Alguns aspectos relativos à educação profissionalizante, educação especial e superior foram amplamente modificados, ou ainda passaram a compor uma considerável parte deste novo documento.

A criação dos Institutos Superiores de Educação, que terão com objetivos a manutenção de cursos de formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado a educação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental, pode ser representado como uma inovação da lei.

Instituiu-se a década da educação, e o Plano Nacional de Educação, contendo as diretrizes magnas de regimento educacional para os dez primeiros anos da promulgação desta lei, estava em sintonia com a Declaração Mundial sobre a Educação para todos.

Outro fator relevante para o marco dessa Lei foi a obrigatoriedade da formação dos professores que atuavam diretamente nas salas de aula, no período final do decênio educacional.

Inobstante uma das limitações principais da LDB e a inexplicabilidade de definição dos modelos de instituições de nível superior, não estabelecendo suas áreas de abrangência, missões específicas ou ainda das competências de cada uma.

Há uma distinção muito clara entre as Universidades e as Instituições não-universitárias, que na realidade conduz a uma limitação entre o que é ou aquilo que não pode ser enquadrado como Universidade.

Estranhamente, apesar da LDB definir e estabelecer missões e competências quanto à formação docente, estes não são citados por ela.

O interessante desta situação é que o decreto nº 2207/97, que regulamenta os dispositivos relativos à educação superior, assim como a seu caráter, termina por citar e definir as Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades e Institutos Superiores distinguindo as Universidades dos Centros Universitários sem contudo definir ou apresentar elementos que facilitem a definição das outras formas de IES.

VILLARDI (1993), comenta que de direito não existe superposição de uma Universidade ao Centro Universitário, contudo de fato o que ocorre é a ameaça de rebaixamento desta primeira ao status de Centro Universitário, caso esta não venha a cumprir as normas pré-estabelecidas pelo CNE. Notório é o fato de que a hierquização existe e é levada em consideração no discurso da LDB. Tem-se a

impressão de que as Universidades, continuam tradicionalmente sendo consideradas como centros de excelência universitária em função do potencial de pesquisas realizadas, contrastando com a visão que se prega das demais IES.

4. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PROFISSIONAIS

Nos últimos 50 anos tem-se verificado uma imensa necessidade de se modificar o campo e forma de atuação de profissionais das diversas áreas das ciências humanas, dentre as quais citam-se Enfermagem , Serviço Social, Psicologia e Educação.

Para isso PERRENOUD (2000) sugere uma mudança no próprio *habitus* do professor, enquanto elemento facilitador do processo de aprendizagem. Desta forma e de acordo com LEMOSSE (1989) apud PERRENOUD (2000, p.11)

“O profissional é considerado um prático que adquiriu, através de longos estudos, status e a capacidade para realizar com autonomia e responsabilidades atos intelectuais não rotineiros na busca de objetivos inseridos em uma situação complexa”.

A concepção de professor enquanto profissional do ensino deve transcender as barreiras impostas nos 100 (cem) anos de que esta profissão é um sacerdócio.

Desta maneira e de acordo com os demais profissionais existentes, os professores deverão exercer seus labutos também como opção de exercício da cidadania e forma de sobreviver, em meio a sociedade atual de modo digno e humano.

Entram como competências necessárias ao exercício profissional a existência de esquemas de percepção, de análise, de decisão, de planejamento, de avaliação e outros que possam permitir a mobilização de seus conhecimentos em uma determinada situação.

Não se pode é claro deixar de lado o aspecto qualitativo, adquirido quando se requisita dos profissionais uma preparação que possibilite ao aluno um ponto de partida para novas aquisições. Para tanto e de acordo com Savianni :

“Para pensar a qualidade em educação é necessário revisitar a própria história dos homens, sua organização, suas relações, em

fim seu modo de produzir à existência. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas é o que conhecemos pelo nome de trabalho”, (SAVIANNI, 1999 p.06).

A existência do homem e da própria humanidade, tem ocorrido através do exercício do trabalho, definindo a essência humana. Mas não se pode jamais esquecer que é o modo de produção da existência que determina a vida desse homem.

Na comunidade primitiva, não havia classes, produzia-se em comum, e comum era toda comunidade. Através do labuto o homem se educava e educava os seus assim como as novas gerações, o que sugere que a educação era única e solidária.

SAVIANNI (1999) reforça em seu comentário que:

“Na medida em que ele se fixou na terra, que então era considerado o principal meio de produção, surge a propriedade privada. A apropriação privada da terra divide os homens em classes”, (SAVIANNI, 1999, p.06).

É a partir do advento da sociedade de classe que nasce a idéia de exploração do homem pelo próprio homem. O modo de produzir a existência passou a ser fundamentado na expropriação do fruto do trabalho de um determinado grupo (o grupo dos não proprietários da terra) que daquele momento em diante tinha a dupla missão: produzir a sua própria existência e produzir a existência também do grupo que detinha a posse privada da terra.

A educação nesse novo conjunto de relações deixa de ser única e solidária e passa a tomar para si um papel de ser diferenciada e excludente.

O mais contraditório e tudo isso é o comentário de RUSSEL (2002) sobre a Grécia primitiva. O estudo, tinha a função de atender aqueles que eram donos de propriedades e que tinham tempo de sobra para não fazer nada.

É nesse contexto de dominação que, nasce a escola, para atender aos anseios de uma classe que precisava ocupar a “ociosidade” gerada pelo não trabalho, pela dominação.

Na Idade Média, a terra continua sendo o principal meio de produção, mas as relações de produção iam aos poucos se modificando:

“a forma do trabalho na idade média se diferenciava da antiguidade na medida em que não temos mais trabalho servil”, (SAVIANI,1999, p.07).

A classe dominante dedicava-se às atividades nobres, ginásticas, ligadas a cavalaria, boas maneiras, a formação musical, a profissão desta classe era através da educação escolar cuidar dos seus próprios interesses; enquanto que a classe trabalhadora se educava cuidando dos interesses dos seus senhores . A educação era oral e passada de pai para filho, tendo como herança a subserviência.

Através da atividade mercantil e conseqüentemente a constituição do capital vai emergindo uma nova classe social- a burguesia, que detinha poder econômico mas, não detinha poder político. O poder econômico era muito pouco para o grupo que desejava ardentemente dominar, sendo necessário acrescer a esse poder econômico, o poder político- o poder de mando, de decisão. E este é o palco do surgimento da idade moderna.

“A época moderna se caracterizava por um processo baseado na indústria e na cidade, neste sentido, diferentemente da idade média onde era a cidade que se subordinava ao campo, a indústria à agricultura, na época moderna, inverte-se a relação e é o campo que se subordina a cidade”, (SAVIANI,1999, p.07).

A mudança do eixo produtivo do campo para a cidade impõe uma nova forma de relações predominantemente naturais vivenciadas até a idade média, e estabelece relações predominantemente sociais, a sociedade passa a ser organizada através de um contrato social e não por laços naturais.

Ideologicamente a sociedade capitalista vai despojando o homem de “todos os seus meios de existência”, acenando-lhe com o ideal de “liberdade”. O trabalhador deixa a condição de trabalhador servil e passa a condição de trabalhador livre para vender sua força de trabalho. Liberdade para grupo dominante está associada a prosperidade, mas para o trabalhador está associado ao total isolamento dos meios de produção. A pseudoliberalidade propagada pelo liberalismo destituiu o trabalhador das condições concretas de produção da existência.

Quando as relações deixam de se basearem no direito natural para serem baseadas no direito contratual a necessidade de difusão da escrita torna-se gritante.

“Quando mais avança o processo urbano- industrial, mais se desloca à exigência da expansão escolar. Por aí é possível

compreender porque a sociedade moderna e burguesa levando a bandeira da escolarização universal, gratuita, obrigatória e leiga. A escolarização básica deve ser estendida a todos". (SAVIANI,1999 p.07)

Esse processo é feito não como uma forma de oportunizar aos homens igualmente o acesso ao conhecimento, às ciências, mas universalizar a escola para garantir ao novo modo de produção não a penas um trabalhador "livre", mas um trabalhador que além de se "perceber livre" ofereça ao mercado um produto melhor qualificado (a força do trabalho).

Dolorosamente a escolarizada acenada à classe trabalhadora carrega uma missão: qualificação de mão de obra. A dominação econômica já se efetivou (dominação do capital sobre o trabalho) para garantir a manutenção dessa dominação político – ideológica. A escola reclamada pela classe trabalhadora e prometida pela classe hegemônica passa a ser um dos mecanismos de veiculação da ideologia burguesa capitalista.

5. REFLEXOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Como resultado de todo esse processo de argumentação, podem ser vislumbrados três princípios básicos norteadores do papel social humano na escola. Esses princípios, talvez, possam dar um sentido humano às nossas construções, à conquista da paz digna através de um espírito de cooperação fraternal: a consciência, a liberdade, a ética.

A consciência, numa perspectiva psicanalítica, reflexiva, inerente da vontade do prazer, segundo FREUD(1997); da vontade do poder, segundo FRANCK apud FREUD (1997); e da vontade do sentir, segundo NIETSCHE (2001), é produto da percepção do que se passa em nós, possibilitando julgar nossos próprios atos. Embora seja também dependente de elementos instintivos, que nunca foram conscientes que não são acessíveis e misto daquilo que pode se tornar consciente, é o saber discernir o próprio papel social.

A liberdade, autodeterminante, consciente, capaz de permitir escolhas, levando em conta a relação com o outro e valores subjetivos dentro das inúmeras relações sociais, é criteriosa no ponto de vista das possibilidades de escolha (o que escolher? Porque escolher ?), tornando-se uma opção relativista, passível de mudanças, tendo como base os objetivos necessários ao suprimento de necessidades. É produto de uma consciência coletiva.

A ética seria um elemento delineador das relações entre os grupos. Sua função deriva do dever, de uma finalidade e da boa vontade de alguém ou de um grupo.

Talvez estes três princípios juntos, independentes das concepções religiosas, da moral pluralizada, possam, em sua prática diária e auto-reflexiva, fornecer condições para vencer a barreira da marginalização crescente dentro do processo de globalização .

Espera-se encontrar na educação e na escola, o ponto de partida para se iniciar uma ressignificação dos papéis exercidos por cada cidadão, ensejando tão im pessoas que saibam o suficiente, que “aprendam a aprender” e que saibam comunicar-se, discutir, trabalhar em equipe e ter a competência e habilidade exigida pelo mercado .

im pessoas que saibam o suficiente, que “aprendam a aprender” e que saibam comunicar-se, discutir, trabalhar em equipe e ter a competência e habilidade exigida pelo mercado .

Porém o futuro, de acordo com DELOUR apud SAVIANI (1999) no informe “A educação é um tesouro”, passa não para a escola abrir-se à comunidade, mas para escola ser uma comunidade de aprendizagem sócio-econômico-cultural. Isto é uma mudança radical, pois a escola que se tem, hoje em dia é a mesma de século XIX.

O conhecimento duplica-se, e a escola não acompanhando a velocidade das mudanças, ficando obsoleta em suas metodologias e didáticas. Tem-se que criar mecanismos diferentes de aprendizagem, que possam acompanhar o ritmo de crescimento e multiplicação de conhecimento da sociedade.

Necessário se faz uma aprendizagem dialógica. Uma aprendizagem comunicativa, cooperativa e interdisciplinar. A partir do diálogo, do consenso e da importância da pessoa. Na aprendizagem dialógica o importante é o diálogo, entre os professores, os professores com a comunidade ou entre disciplinas.

Dois recentes relatórios da ONU enfatizam de modo dramático a importância da qualidade da educação para o progresso das sociedades contemporâneas.

O primeiro é o “Relatório do Desenvolvimento Humano”, elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). O outro é o “Relatório Mundial de Emprego”, elaborado pela IOT (Organização Internacional do Trabalho). Os dois estudos deixam claro que na sociedade atual só tem chance quem domina conhecimentos de boa qualidade. Isso tem pouco a ver com anos de escola, e menos ainda com diploma. Conhecimentos de boa qualidade são aqueles que tornam os seres humanos produtivos e criativos, facilitando a aquisição de mais e melhores conhecimentos.

A sociedade moderna precisa de cidadãos capazes de oferecer respostas rápidas às mudanças que ocorrem nos campos do trabalho, economia, política e cultura. A globalização, a revolução tecnológica e os novos modos de trabalhar tornam os seres humanos obsoletos quando são mal preparados.

Não há outra saída: os países que desejam desfrutar dos benefícios da modernidade têm de equipar seus povos com conhecimentos que os tornem aptos ao serviço da sociedade e que possam dar-lhes as condições mínimas de sustentabilidade.

É isso que permite absorver inovações e criar e outras. A alfabetização digital é essencial. A capacidade de comunicar-se adequadamente é

indispensável. A maleabilidade para trabalhar em grupo é fundamental. Deste modo fundamental é a oportunidade que se dá aos indivíduos através da educação justa e igualitária.

6. CONCLUSÃO

Claramente, se verificou que no transcorrer do processo de desenvolvimento econômico do Brasil, muitas foram as reformas feitas no intuito de melhorar a qualidade da educação aplicada nas escolas, algumas com resultados negativos.

Contudo, a escola, assim como qualquer outro tipo de instrumento político e econômico da sociedade também serve aos interesses de classes sociais distintas, tanto as economicamente mais abastadas, como aquelas que encontram na educação uma chance de dirimir as disparidades sociais.

Historicamente, o período compreendido entre a colonização e a chegada de Pombal, reflete o desinteresse dos colonizadores em educar e promover a cultura numa nação, recém tomada e catequizada pelo domínio da Igreja Católica e de reis europeus.

O marco da revolução industrial, mesmo que tardio no Brasil provocou a superação do domínio feudal, e a criação de um novo regime capaz de atender os anseios de uma nova sociedade mundial emergente.

No atual momento político em que se passa a história, intitulada como “época da globalização”, as mudanças mais urgentes são reflexos da ação dos mercados internacionais em busca de mão-de-obra qualificada e de maiores oportunidades de lucros.

O lado inumano do capitalismo tem promovido a individualidade com mais fervor, e a escola como instrumento de dominação-libertação, dubiamente caminha num rumo, em que a qualificação profissional possibilitará uma melhoria na qualidade de vida da população. Desde que, é claro, todos tenham acesso.

É justamente, no exercício deste papel, contraditório, mas essencial, que a escola tem se destacado na tentativa de reduzir as desigualdades sociais, promovendo uma educação centralizada não só na opção do aluno prestar vestibular mas também na formação social e igualitária, promovendo uma chamado ao exercício da cidadania.

A necessidade de se cultivar no aluno as competências e habilidades sociais para servir ao bem comum, tem deixado de ser apenas utopia lida nos livros, passando a ser discutida nos vários meios e difundida através de projetos sociais que utilizam a escola como ponto base de atuação junto aos diferentes grupos sociais.

O papel do professor, anteriormente centrado em si, no ato de ensinar, passa a ser preponderante, no momento de se tornar um meio facilitador da aprendizagem. Ele também dotado de sua competência profissional e do metier necessário ao exercício consciente de sua profissão, se torna politicamente um agente promotor da aprendizagem socio-cultural. Ao mesmo tempo que permite o acesso ao conhecimento compartilhado, também aprende e cresce com isso.

A reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei 9394 em 1996, propõe uma nova visão mais generalista do processo de aquisição e manutenção dos saberes na escola, para a escola, no instante em que esta se vê inserida no meio social, sendo capaz de decidir seus passos orientada por seu projeto de desenvolvimento político e pedagógico.

Apesar das brechas existentes, a LDBEN, oficializa uma prática mais consciente do papel da comunidade e da família na educação dos alunos. Tenta priorizar a ação democrática do exercício cidadão do magistério, valorizando, um pouco mais a classe de profissionais que se dedicam em maior número a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A utilização de multimeios e o reconhecimento de que o alunos aprendem de forma diferenciada uns dos outros, também reflete o novo papel da Lei 9394/96.

Inolvidavelmente, o estudo da formação da educação brasileira, promoveu uma compreensão de todo o processo de desenvolvimento humano, social e cultural da sociedade brasileira, até mesmo sendo decisiva na construção da economia vigente no país.

Através do entendimento destes processos, a escola, como um todo foi capaz de se auto-definir e reconhecer-se, em pleno ato de promulgação da democracia, tentando desmistificar a imagem de local para poucos e escolhidos, que durante muito tempo foi mantida pela elites brasileiras.

A escola analisando sua própria história foi capaz, e ainda será, de identificar os pontos necessários a uma ação didático-metodológica mais consciente e socialmente mais adequada, ao atendimento dos anseios dos diversos grupos sociais que atende, desde que seja também amparada por leis mais justas e decisões participativas do todo que a compõe.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORA, Antônio Soares. Minidicionário da Língua Portuguesa. 6^a ed., São Paulo, Ed. Saraiva, 1999.

DEMO, Pedro. Educação e Qualidade. São Paulo, Papirus Editora , 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1998.

FREUD, Sigmund. O Mal Estar da Civilização. Imago,1997

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Escola como Ambiente de Aprendizagem. In: Educação e Sociedade. Nacad, Ceará, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. – Além do bem e do mal – São Paulo, 6^a ed., Companhia das Letras, 2001.

PRESTES, Nadja Hermann. Educação e Ética: Relações e Perspectivas. In: SILVA, Luiz Heron da (org.): Identidade Social e a Construção do Conhecimento. Porto Alegre, Ed. Artes Gráficas, 1997.

PERRENOUD, Fellipe. Sete Saberes Necessários a Educação. São Paulo, 1^a Ed. Ediouro, 2000.

RODRIGUES, Aroldo. Psicologia social. Rio de Janeiro. Ediouro, 2^a ed.,1989.

SCHENEIDER, Paulo Rudi. Reflexões sobre a Ética na Educação: Espaços da Escola. Ijuí, UNIJUI, ano 4, no. 27, jan/mar, 1998.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: Educação e Sociedade. Nacad, Ceará,1999.

VILLARDI, Raquel Marques. Produtividade e Pesquisa: Uma Questão Política. Revista Advi RJ,1993.